

Demonstrações Financeiras

Mediplan Assistencial Ltda.

31 de dezembro de 2019
com relatório do auditor independente

Mediplan Assistencial Ltda.

Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....3

Demonstrações Financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

**Administradores e Quotistas da
Mediplan Assistencial Ltda.
Sorocaba – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mediplan Assistencial Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediplan Assistencial Ltda., em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) *e aplicáveis às operadoras supervisionadas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.*

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Mediplan Assistencial Ltda., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018 incluídas para fins de comparação foram por nós revisadas, não conteve modificação, cujo parecer de auditoria foi emitido em 27 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Mediplan Assistencial Ltda., é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Mediplan Assistencial Ltda., é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), *aplicáveis às operadoras supervisionadas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementare* pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Mediplan Assistencial Ltda. de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Mediplan Assistencial Ltda.; são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2020.



AUDITBRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC – 2SP 025.325/O-7

INACIO PEREIRA DE LIMA
CONTADOR CRC 1SP 185878/O-5

Mediplan Assistencial Ltda.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		31 de dezembro de	
Notas		2019	2018
Ativo			
Circulante			
		69.990	28.686
	Disponível	4.331	1.439
	Realizável	65.659	27.247
	Aplicações financeiras	60.945	16.285
5	Aplicações garantidoras de provisões técnicas	14.308	8.847
	Aplicações livres	46.637	7.438
	Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4.471	9.615
6	Contraprestações pecuniárias a receber	4.471	9.615
	Créditos tributários e previdenciários	197	-
	Títulos e Créditos a receber	-	347
	Bens e títulos a receber	46	1.000
	Não circulante	15.521	13.325
	Realizável a longo prazo	5.220	1.254
	Créditos tributários e previdenciários	-	1.254
	Ativo fiscal diferido	3.976	-
	Outros créditos a receber a longo prazo	1.244	-
Imobilizado			
7		10.301	12.071
	Imóveis de uso próprio	9.868	11.480
	Imóveis - Hospitalares / Odontológicos	9.868	11.480
	Imobilizado de uso próprio	433	591
	Hospitalares	-	6
	Não hospitalares	433	585
Total do ativo		85.511	42.011

		31 de dezembro de	
		2019	2018
Passivo			
Circulante			
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8	24.436	15.788
Provisão de contraprestações		15.902	11.617
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)		1.991	3.126
Provisão de eventos a liquidar para SUS		1.991	3.126
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		1.380	1.490
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		9.398	6.273
Débitos de operações de assistência à saúde		3.133	728
Comercialização sobre operações		-	711
Tributos e encargos sociais a recolher	9	-	711
Empréstimos e financiamentos a pagar		2.421	2.072
Débitos diversos	10	7	51
		6.106	1.337
Não circulante		10.934	1.496
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	314	-
Provisão de eventos a liquidar para SUS		314	-
Provisões		8.166	-
Provisões para ações judiciais	11	8.166	-
Parcelamento de tributos e contribuições		1.302	1.496
Débitos diversos	10	1.152	-
Patrimônio líquido	12	50.141	24.727
Capital social		72.727	19.782
Reservas:		-	4.945
Reservas de lucros		-	4.945
Prejuízos Apurados		(22.586)	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		85.511	42.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediplan Assistencial Ltda.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	31 de dezembro	
		2019	2018
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		189.367	176.292
Receitas com operações de assistência à saúde	13	193.321	179.165
Contraprestações líquidas		193.321	179.165
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora		(3.954)	(2.873)
Eventos indenizáveis líquidos	14	(159.101)	(146.390)
Eventos conhecidos ou avisados		(158.638)	(146.446)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		(463)	56
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		30.266	29.902
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		843	-
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora		843	-
Outras receitas operacionais		(838)	(925)
Outras despesas operacionais de planos de assistência à saúde		(838)	(153)
Provisão para perdas sobre créditos		(309)	(772)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		29.962	28.977
Resultado bruto		(8.135)	(8.585)
Despesas de comercialização		(12.552)	(15.445)
Despesas administrativas	15	(12.552)	(15.445)
Resultado financeiro líquido	16	1.284	(2)
Receitas financeiras		2.540	1.298
Despesas financeiras		(1.256)	(1.300)
Resultado antes dos impostos e participações		10.559	4.945
Imposto de renda	17	(2.525)	-
Contribuição social	17	(915)	-
Impostos diferidos	17	(378)	-
Resultado líquido		6.741	4.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediplan Assistencial Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Resultado líquido	6.741	4.945
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	6.741	4.945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediplan Assistencial Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros	Prejuízo acumulado	Resultado acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		16.188	3.594	-	-	19.782
Aumento de capital		3.594	(3.594)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.945	4.945
Reservas de Lucros		-	4.945	-	(4.945)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		19.782	4.945	-	-	24.727
Aumento de capital	12.a	52.945	(4.945)	-	-	48.000
Ajuste valor justo - combinação de negócios	12.b	-	-	(29.327)	-	(29.327)
Resultado do exercício		-	-	-	6.741	6.741
Distribuição do resultado		-	-	6.741	(6.741)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		72.727	-	(22.586)	-	50.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mediplan Assistencial Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – (método direto)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	31 de dezembro de	
	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de plano de saúde	197.627	180.230
Resgates de aplicações financeiras	34.728	47.510
Recebimento de juros de aplicações financeiras	1.560	727
Outros recebimentos operacionais	9.433	554
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(143.869)	(142.522)
Pagamento de comissões	(9.935)	(8.797)
Pagamento de pessoal	(5.302)	(5.895)
Pagamento de serviços de terceiros	(8.796)	(3.047)
Pagamento de tributos	(17.104)	(13.554)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(203)	(1.013)
Pagamento de aluguel	(184)	(236)
Pagamento de promoção/publicidade	(32)	(56)
Aplicações financeiras	(77.828)	(50.287)
Outros pagamentos operacionais	(25.176)	(3.810)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(45.081)	(196)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	-
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	48.000	-
Recebimento de empréstimos/financiamentos	-	-
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(27)	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	(1.000)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-	(43)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	-	(1.000)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	47.973	(2.043)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.892	(2.239)
CAIXA - Saldo inicial	1.439	3.678
CAIXA - Saldo final	4.331	1.439
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.892	(2.239)
Ativos livres no início do exercício	1.439	6.106
Ativos livres no final do exercício	4.331	7.438
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	2.892	1.332

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em conformidade com o CPC 03 (R2) Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, segue a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.741	4.945
Depreciação e amortização	276	214
Receitas com aplicações financeiras	(1.560)	(727)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	838	(1.285)
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	3.818	-
Variação provisões técnicas	2.405	370
Provisões para ações judiciais	8.291	-
Baixa de imobilizado e intangível	1.632	12
Redução dos ativos	(2.374)	(3.855)
Aumento dos passivos	25.014	522
Caixa gerado nas atividades operacionais	45.081	196

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Mediplan Assistencial Ltda.** (doravante denominada por “Empresa” ou “Operadora”), é uma Empresa de responsabilidade limitada, controlada pelo Grupo Notre Dame Intermédica, domiciliada no Brasil com sede no Município de Sorocaba na Rua Rodrigues Pacheco, nº 144, Centro, Estado de São Paulo. A Empresa tem por objetivo a administração, operação, implantação, vendas e intermediação de contratos de prestação de serviços e convênios de planos de saúde.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela ANS, de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Empresa ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios, (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Empresa aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das informações financeiras intermediárias. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Empresa.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2020.

b) Base de mensuração

A preparação das Demonstrações Financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e custo amortizado.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

c) Continuidade

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

operando, portanto, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d) Comparabilidade

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas com as informações comparativas de 31 de dezembro de 2018, conforme disposições do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos e das normas emitidas pela ANS.

e) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Operadora. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas Demonstrações Financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Provisões técnicas; e
- Provisões judiciais;

g) Segregação entre circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço.
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

- h) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas estão abaixo apresentadas:

Resolução Normativa nº 443/2019 - Práticas mínimas de governança corporativa para fins de solvência

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 25 de janeiro de 2019, a RN nº 443/2019 que dispõe sobre as práticas mínimas de governança corporativa, com ênfase em controles internos e gestão de riscos, para fins de solvência das operadoras de planos de assistência à saúde.

A Operadora em suas práticas de governança corporativa, já utiliza na sua maioria as exigências aplicadas nesta RN.

A Operadora está avaliando na íntegra essa Resolução Normativa, com o objetivo de aplicá-la e irá pôr em prática na data exigida, prevista para o exercício de 2023.

Resolução Normativa nº 442/2018 – Resolução Normativa nº 442/2018 - Critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS publicou em 20 de dezembro de 2018, a RN nº 442/2018 que dispõe sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, onde tem como exigência a elaboração de cálculos atuariais e se necessário a constituição de provisão para a Peona – SUS e Provisão para Insuficiência de Prêmios/Contraprestações – PIC.

A Operadora pretende adotar esta norma a partir de janeiro de 2020 quando a ANS exige sua aplicação.

IFRS 17 – Contratos de Seguros (sem equivalente para o CPC até o momento)

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021, com possibilidade de mudança dado que o IASB continua discutindo a data de vigência. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas Empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas Empresas.

Essa norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A Empresa não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardarão a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as Demonstrações Financeiras da Empresa, com a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações Financeiras de propósito geral fazem com base nessas Demonstrações Financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras individuais foram as seguintes:

- a) Disponível

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Provisão para perdas sobre créditos

A Empresa constitui provisão para perdas sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa RN nº 435/2018.

A provisão para perdas sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para os saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

c) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de computação são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

e) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais da Empresa certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012 e 393/15,

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pela RN 435/2018).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Eventos conhecidos e sinistros avisados” - Nota explicativa 15 em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” - Nota explicativa 9) no passivo circulante e não circulante.

Conforme RN nº 227/2010, RN nº 329/2013, alterada pela RN nº 417/2017 e 430/2017, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela resolução normativa para cobrir as contraprestações.

f) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras individuais, de acordo com a legislação aplicável.

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

g) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Os passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anteriores são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

O Grupo Notre Dame Intermédica adota duas sistemáticas para a apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social o Lucro Real, após o Lucro Líquido são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da Base de Cálculo do Lucro Real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias identificados no exercício

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

h) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Empresa atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para esse com planos de assistência à saúde, a Empresa entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Empresa adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 9, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

4. Gerenciamentos de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Empresa está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Empresa monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Empresa procura priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações da Empresa, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Empresa procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

Aplicações financeiras

Liquidez	Disponível e aplicações financeiras	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2018	
		Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
De 31 a 120 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	60.775	99,7%	-	-
Acima de 361 dias	Certificado de depósitos bancário - CDB - pós, Fundos de Renda Fixa aberto e outros	170	0,3%	16.285	100%
		60.945	100%	16.285	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 392/15, alterada pela RN 419/16, 427/17 e 430/17 da ANS, a Operadora mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 5.792 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.523 em 31 de dezembro de 2018).

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A gestão de ativos e passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Essa metodologia consiste em um processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com certo nível de risco.

c) Risco e seguro

O modelo de negócio da Empresa é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano saúde.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Empresa também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Empresa monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

d) Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de aplicações financeiras.

Por meio da Resolução Normativa (RN) 419/16 da ANS e em consonância com a Resolução do CMN nº 4.444 de 13 de novembro de 2015, estabelece nas operadoras de saúde a diversificação de suas aplicações para ativos dados em garantia de reservas técnicas.

O portfólio financeiro da Empresa está em sua totalidade exposto à flutuação das taxas de juros Fundos de renda fixas abertos, sendo o restante indexado à taxa SELIC.

A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 6.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Empresa adotou taxas vigentes em datas próximas à da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando para Selic a taxa em

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

decorrência da proximidade das mesmas. Na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas e diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

Dessa forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses considerando os saldos em 31 de dezembro de 2019:

Aplicações financeiras	Indexador	Risco	% - a.a. ¹	R\$	Provável	31 de dezembro de 2019							
						Redução dos juros				Aumento de juros			
						Taxa	-25%	Taxa	-50%	Taxa	+25%	Taxa	+50%
CDBs	90,5% do CDI	Baixa CDI	4,15%	1.079	50	3,11%	34	2,08%	22	5,19%	56	6,23%	67
Operações compromissadas	71% do CDI	Baixa CDI	3,26%	4.904	225	2,45%	120	1,63%	80	4,08%	200	4,89%	240
Fundo de renda fixa abertos	CDI	Baixa CDI	4,59%	54.962	2.523	3,44%	1.891	2,30%	1.264	5,74%	3.155	6,89%	3.787
				60.945	2.798		2.045		1.366		3.411		4.094

¹ A coluna % a.a (cenário provável) as taxas foram obtidas no site do Bradesco - Projeção Bradesco Longo Prazo publicada em 10 de janeiro de 2020.

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

Valor justo por meio do resultado	Níveis	31 de dezembro de					
		2019			2018		
		Vencimentos		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos				
Certificado Depósitos Bancários – CDB	2	909	170	1.079	1.079	7.446	7.446
Operações compromissadas	2	4.904	-	4.904	4.904	-	-
Fundo de renda fixa abertos	2	54.962	-	54.962	54.962	8.839	8.839
		60.775	170	60.945	60.945	16.285	16.285

Os fundos são administrados pelo Banco Itaú

As aplicações têm remuneração diária vinculada as taxas CDI, com vencimentos variáveis até março de 2020.

As aplicações estão classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. Independentemente do vencimento, a Empresa contabiliza as aplicações financeiras no ativo circulante.

a) Movimentação das aplicações financeiras

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo inicial do exercício	16.285	12.781
Aplicações	77.828	50.287
Resgates	(34.728)	(47.510)
Resultado financeiro	1.560	727
Saldo final do exercício	60.945	16.285

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

6. Créditos de operações com planos de assistência à saúde e Créditos de operações de assistência à saúde não relacionado com Planos de Saúde da Operadora.

As contas a receber de clientes se refere as operações relacionados com plano de saúde é como segue:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6.594	10.900
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(2.123)	(1.285)
	4.471	9.615

A movimentação do contas a receber é como segue:

Movimentação dos créditos de operações com planos de assistência à saúde é como segue:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo inicial do exercício	9.615	8.959
Contraprestações líquidas	193.321	179.165
Recebimentos	(197.627)	(178.694)
(Provisão) / reversão para perda sobre crédito	(838)	185
	4.471	9.615

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.285)
Constituição	(863)
(-) Reversão	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.123)

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. Imobilizado

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2018	Aquisição	Baixas	Depreciações	31 de dezembro de 2019
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	-	11.483	-	(1.054)	(247)	10.182
Veículos	1 a 10 anos	2%	140	-	(138)	-	2
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%	446	-	(431)	(6)	9
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	15	-	(9)	-	6
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	25%	(13)	138	-	(23)	102
			12.071	138	(1.632)	(276)	10.301

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de 2017	Aquisição	Depreciações	31 de dezembro de 2018
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	-	10.613	1.000	(130)	11.483
Veículos	1 a 10 anos	20%	140	-	-	140
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	10%	456	2	(12)	446
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%	6	9	-	15
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	20%	56	3	(72)	(13)
			11.271	1.014	(214)	12.071

O montante de depreciação apurada no exercício é registrado no resultado nas rubricas “Eventos indenizáveis líquidos” e “Despesas administrativas” conforme notas explicativas nº 15 e 17, respectivamente.

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

8. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Referência	31 de dezembro de	
		2019	2018
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS	a.	1.694	1.490
Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	b.	9.398	6.273
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	c.(i).	3.133	728
Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG)	c.(ii).	1.991	3.126
		16.216	11.617

a) Provisão de eventos / sinistro a liquidar para o SUS

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.490	1.425
Avisos recebidos do SUS	606	348
Cobrança efetiva de eventos SUS	82	-
(-) Pagamentos efetuados de parcelamentos	(484)	(283)
Saldo no final do exercício	1.694	1.490

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	6.273	6.230
Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas	37.652	83.776
Pagamentos efetuados para rede credenciada	(34.527)	(83.733)
Saldo no final do exercício	9.398	6.273

c) Variações das provisões técnicas

	PEONA (i)	PPCNG (ii)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	728	3.126
Variação das provisões no exercício	2.405	(1.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.133	1.991

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), classificado no passivo circulante, é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados a Operadora.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganhas (PPCNG), classificadas no passivo circulante, consiste em receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

9. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Imposto sobre serviços (ISS)	46	11
Contribuição previdenciária	124	249
FGTS	22	55
PIS e COFINS	173	149
Outros	284	31
Impostos devidos a recolher	649	495
Imposto de renda - funcionários	-	32
Imposto de renda - terceiros	864	232
Imposto sobre serviços	518	853
Contribuição previdenciária retida	114	13
Retenção PIS/COFINS/CSLL	276	447
Impostos retidos a recolher	1.772	1.577
Total circulante	2.421	2.072

10. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Obrigações trabalhistas	401	1.105
Fornecedores	4.546	180
Débitos diversos	1.159	52
Total circulante	6.106	1.337
Multas administrativas da ANS	1.152	-
Total não circulante	1.152	-
	7.258	1.337

11. Provisões para ações judiciais e fiscais

Durante o curso normal de seus negócios, a Operadora fica exposta a certas contingências e certos riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Operadora, para os casos em que a perda é considerada provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei.

	31 de dezembro de
	2019
Trabalhista	179
Cíveis	7.987
	8.166

Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora apresentou outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 19.232, que de acordo com os consultores

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

jurídicos da Operadora apresentam probabilidades de perda possível, motivo pela qual não foram provisionadas.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de abril de 2019 os controladores da Operadora aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 4.945, integralizado através do saldo credor na conta de Reserva de lucros, passando de R\$19.782 para R\$ 24.727.

Em 5 de julho de 2019, o controlador da Operadora aprovou o aumento de capital social no montante de R\$43.000, totalmente subscrito e integralizado, com emissão de 43.000.000 novas quotas, passando o capital social de R\$ 24.727 para R\$ 67.727.

Em 1 de outubro de 2019, a Notre Dame Intermedica Saúde S.A, controladora da Operadora, aprovou o aumento de capital social em R\$5.000, com emissão de 5.000.000 novas quotas, passando o capital social de R\$ 67.727 para R\$ 72.727.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 72.727 (R\$ 19.782 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito e integralizado, representado por 72.727 cotas, no valor nominal de 1,00 cada uma.

b) Ajuste valor justo

Através de empresa independente, foi apurado o valor justo dos ativos e passivos identificáveis a Operadora, registrado nos livros contábeis, impactando as contas patrimoniais de ativos e passivos com contra partida no patrimônio líquido da Operadora em R\$ 29.327.

c) Margem de Solvência

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Patrimônio líquido	50.141	24.727
Adições:	(26)	-
(+) Obrigações legais classificadas no passivo não circulante	(26)	-
Patrimônio mínimo ajustado	50.115	24.727
a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses	38.664	27.330
b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	48.666	34.759
Margem de solvência 77,90% (70,52% em 2018) (maior entre (a) e (b))	37.911	24.512
Suficiência de capital	12.204	215

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

13. Contraprestações líquidas

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Contraprestações emitidas de assistência à saúde	102.695	178.379
Contraprestações de assistência à saúde – assumidas	90.626	786
	193.321	179.165

14. Eventos indenizáveis líquidos

a. Eventos indenizáveis

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Eventos conhecidos ou avisados	(158.032)	(146.098)
Avisos recebidos do SUS	(606)	(348)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(463)	56
	(159.101)	(146.390)

b. Abertura dos eventos

DESCRIÇÃO	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contraprestações líquidas	46.066	45.149	119.679	109.170	27.575	24.845	193.320	179.164
Tributos diretos (PIS/COFINS)	(942)	(724)	(2.448)	(1.751)	(564)	(398)	(3.954)	(2.873)
RECEITA LÍQUIDA	45.124	44.425	117.231	107.419	27.011	24.447	189.366	176.291
Eventos indenizáveis (*)	(31.675)	(30.605)	(102.555)	(92.585)	(23.802)	(22.908)	(158.032)	(146.098)
Consultas médicas	(3.525)	(3.956)	(14.729)	(15.749)	(2.484)	(2.731)	(20.738)	(22.436)
Outros atendimentos ambulatoriais	(11.588)	(10.309)	(29.267)	(28.774)	(8.131)	(8.290)	(48.986)	(47.373)
Exames	(3.336)	(3.548)	(11.462)	(11.810)	(2.563)	(2.621)	(17.361)	(17.979)
Terapias	(348)	(353)	(1.058)	(1.020)	(270)	(316)	(1.676)	(1.689)
Internações	(12.878)	(12.439)	(46.039)	(35.232)	(10.354)	(8.950)	(69.271)	(56.621)
LUCRO BRUTO	13.449	13.820	14.676	14.834	3.209	1.539	31.334	30.193
Despesas de comercialização	(1.938)	(2.163)	(5.037)	(5.232)	(1.160)	(1.190)	(8.135)	(8.585)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	11.511	11.657	9.639	9.602	2.049	349	23.199	21.608

(*) Exclui provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA) e reservas técnicas de sinistros.

15. Despesas administrativas

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Pessoal	(5.166)	(9.769)
Serviços de terceiros	(2.954)	(1.916)
Localização e funcionamento	(1.192)	(1.252)
Tributos	(187)	(134)
Publicidade e propaganda	(41)	(66)
Provisão (reversão) para contingências	(2.175)	(1.692)
Depreciação e amortização	(277)	(214)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(537)	(368)
Outras	(23)	(34)
	(12.552)	(15.445)

Mediplan Assistencial Ltda.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras individuais

31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

16. Resultado financeiro líquido

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Receitas com aplicações financeiras	1.560	727
Juros recebidos	979	571
	2.539	1.298
Multas e juros	(781)	(670)
Tarifas bancárias	(266)	(248)
Descontos concedidos	(208)	(382)
	(1.255)	(1.300)
Resultado financeiro líquido	1.284	(2)

17. Provisão para tributos diferidos

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do período é demonstrada como segue:

	2019
Lucro antes dos impostos	10.559
À alíquota fiscal de 34%	(3.590)
Outras exclusões (adições) permanentes	150
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	(3.440)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes	(3.440)
Despesa de imposto de renda e contribuição social - diferidos	(378)
À alíquota efetiva	33%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	
Provisão para ações judiciais	1
Provisão para perda	348
Outros	(727)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(378)
